

História

Depois de séculos no anonimato, sufocados pela perseguição e posteriormente pela discriminação, os Kaxixó estão demonstrando desejo de viver a sua indianidade, trazendo à tona costumes e valores que estiveram camuflados, mas nunca perdidos. Mesmo quando não expressavam publicamente sua identidade, os Kaxixó preservaram viva a consciência de serem indígenas, transmitindo seus segredos e tradições de pais para filhos. Reconhecidos oficialmente pela Funai como grupo indígena em dezembro de 2001, depois de quinze anos de luta por tal reconhecimento, sua grande luta agora é pela posse das terras tradicionais e o fortalecimento cultural tão desejado pelo grupo.

Nas duas últimas décadas do século 20 um novo fenômeno marca a história dos indígenas de Minas Gerais. Grupos originariamente mineiros, mas dispersos por várias partes do Estado e do país durante o processo da colonização e expansão territorial, começam a se reorganizar em comunidades e reivindicar seus direitos indígenas. Grupos que perderam em grande parte sua cultura tradicional, língua e estilo de vida tribal, mas que preservaram sua identidade étnica na convicção de jamais terem deixado de ser indígenas.

As primeiras expedições de bandeirantes paulistas nas imediações dos rios Pará, São Francisco e Rio das Velhas, região dos Kaxixó, tiveram início ainda no século 17, na esperança de localizarem a famosa Sabarabussu, uma mina rica em ouro, que hoje é a cidade de Sabará. Como nas demais regiões do Estado, os quartéis e aldeamentos dizimaram, deslocaram ou dispersaram os indígenas da região pelas várias fazendas e povoados que surgiram, onde foram se tornando trabalhadores braçais.

A “lenda da resplandecente Sabarabussu” e o preamento (aprisionamento para escravização) de índios motivaram as primeiras expedições de bandeirantes paulistas nas imediações do Rio Pará, ainda no século 17, havendo referências de expedições de apresamento nas cabeceiras do São Francisco e entre este e o Rio das Velhas a partir de 1640. Teria sido com

estas bandeiras que os Kaxixó tiveram os primeiros conflitos, resistindo à fixação desses invasores no seu território. No século 18, surge então a lendária figura do Capitão Inácio de Oliveira Campos e sua esposa Dona Joaquina de Pompeu, contra os quais a resistência Kaxixó foi inútil. Este Capitão Inácio, que os Kaxixó chamam de “governo”, teria chegado na região com “mil negros” e um grande contingente de “índios Carijó” (escravos), subjugando os Kaxixó, se apossando de suas terras e os reduzindo a jagunços. Capitão Inácio fornecia alimentos e carne para a Corte, nos tempos de D. João VI, sendo o trabalho feito por escravos e os índios utilizados como jagunços para controlar negros.

Este momento de contato e dominação constitui o marco inicial da história de formação étnica do grupo Kaxixó atual. Um dos filhos deste casal teve um relacionamento com uma índia Kaxixó, chamada posteriormente de Tia Vovó. Deste relacionamento nasceu Fabrício ou Fabrisco, como é lembrado pelo grupo. Aí começa o principal tronco Kaxixó.

Para complicar a formação étnica dos atuais Kaxixó, entraram em cena mais dois segmentos: os “Carijó” do século 18, procedentes de São Paulo, e os negros, descendentes dos escravos africanos que trabalhavam na fazenda. Foi ainda a família de Fabrisco que selou uma dessas uniões, pois um de seus filhos casou com uma índia Carijó. Assim, ao contrário do que ocorre no Nordeste, onde a maioria dos grupos é descendente de antigas populações que viviam nos aldeamentos missionários, os Kaxixó são remanescentes de grupos que viviam nas fazendas da região do baixo rio Pará, como agregados e jagunços.

Por muito tempo, os Kaxixó foram conhecidos como “Índios Caboclos da Vargem do Galinheiro”, hoje um bairro da cidade de Pompéu, antes conhecida como “Buriti da Estrada”, local de passagem obrigatória para os tropeiros, que lá se abasteciam com as galinhas criadas pelos “índios caboclos”. Os atuais Kaxixó são assim fruto da miscigenação de indígenas até então vivendo em liberdade com escravos de várias etnias, escravos negros e brancos da família da Dona Joaquina. Por isto, no grupo atual encontra-se pessoas de pele vermelha amorenada, cabelos pretos e lisos, como o ex-vice-

cacique Jerry; pessoas negras, como o atual vice-cacique Zezinho; e pessoas brancas de olhos claros, como o cacique Djalma.

Em 1986, envolvidos num conflito de terras com fazendeiros, pediram ajuda ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pompéu, revelando a estes a sua identidade. Na impossibilidade de oferecer ajuda efetiva, o Sindicato entrou em contato com o Cedefes (Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva), entidade que tem atuado na questão indígena do Estado. Desta forma, têm-se início a luta dos Kaxixó pelo seu reconhecimento étnico oficial, sendo realizado neste mesmo ano um levantamento histórico sobre o grupo pela indigenista Geralda Soares.

Em 1992, a liderança Kaxixó participou da II Assembléia Geral da Apoinme (Associação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo), recebendo apoio dos 24 povos indígenas ali representados. Enfrentando oposição de fazendeiros vizinhos desde o início, em 1993 surge a primeira resistência oficial por parte de governantes. O prefeito do município de Martinho Campos emite nota à imprensa repudiando a luta dos Kaxixó.

No ano seguinte, um laudo antropológico é realizado a pedido da Funai dando parecer contrário ao reconhecimento étnico do grupo. Os Kaxixó superam a frustração inicial e retornam à luta em 1995, quando participam da IV Assembléia Geral da Apoinme, onde são fortemente encorajados a continuar e logo recebem apoio da ABA (Associação Brasileira de Antropologia). Assim, em 1996 se fazem presentes na abertura do Programa de Formação de Professores Indígenas de Minas Gerais, e em 1998 iniciam sua participação na programação da Semana dos Povos Indígenas de Minas Gerais, organizada pelo Cimi e Cedefes.

Em 1997 solicitaram ao Cedefes a realização de um estudo sobre a história do grupo. Por meio de denúncias sobre a destruição de sítios arqueológicos na área por eles ocupada, tiveram acesso também à Procuradoria Geral da República, a qual instaurou um processo de investigação, incluindo um estudo sobre a identidade étnica do grupo, o qual teve parecer favorável.

Frente a tal parecer, a Funai solicitou, em 2000, uma nova análise antropológica, desta vez por um antropólogo indicado pela ABA. Em julho do mesmo ano saiu o resultado com parecer favorável e em dezembro o órgão indigenista nacional concluiu o caso, os reconhecendo oficialmente. Resta agora a restituição e regularização do seu território tradicional.

Fonte: Instituto Socioambiental – ISA
<https://pib.socioambiental.org/pt/povo/arana>